Monitor Mercantil
INÊS 249
EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 14 de setembro de 2022
Ano CVII ● Número 29.201
ISSN 1980-9123
Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

REFLEXÕES PARA TEORIA DO ESTADO NACIONAL: LIBERAIS E CONSERVADORES NO IMPÉRIO

'Modernização conservadora' brasileira foi avessa a qualquer transformação mais profunda, que abalasse estruturas e hierarquias consolidadas.
Por Felipe Quintas e Pedro Augusto Pinho, **página 2**

ESG, VERSÃO 4.0 DO GREENWASHING?

Adesão à sigla não representa mudança nas políticas.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Brasil é o segundo pior país para se aposentar

Entre 44 nações, só fica à frente da Índia

O ambiente econômico difícil, que une queda na economia com aumento de inflação, soa sinais de aviso estridentes em 2022 para a segurança das aposentadorias. "Com a inflação atingindo seu nível mais alto em 40 anos, é apenas um fator em uma lista crescente de preocupações. Dado todo o potencial de armadilhas, 2022 pode ser um dos piores anos para se aposentar", analisa a Natixis Investment Managers, que divulgou nesta terça-feira a edição deste ano do Global Retirement Index.

O Brasil ficou na 43ª posição entre 44 países, à frente apenas da Índia, no ranking que é liderado pela Noruega, Suíça e Islândia. Os Estados Unidos são o 18º, e a China, o 39º.

A lista inclui os países desenvolvidos, os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e quatro das cinco nações dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China).

O item em que o Brasil se saiu pior foi em Bem-estar Material, mas aparece um pouco melhor em Saúde, Finanças e Qualidade de Vida.

A Natixis acredita que é provável que os aposentados terão que assumir maiores riscos com seu portfólio de investimentos para recuperar o terreno que já perderam. Inflação e juros ainda baixos tornarão difícil preservar a aposentadoria, "mas com 20 anos à frente, ainda há tempo para os aposentados de 2022 redefinirem seus planos".

Os riscos para a segurança global da aposentadoria eram claros quando a empresa publicou o Índice Global de Aposentadoria em 2012: envelhecimento, déficits de fundos de pensão e um cenário econômico incerto e meio ambiente. Essas questões centrais permanecem as mesmas dez anos depois, mas novos riscos se apresentaram: inflação, taxas de juros e demografia.

Déficit da previdência pública bloqueia investimento em infraestrutura

Raul Velloso: setor privado externo não veio

O investimento público sofreu bastante nos últimos anos. Do final dos anos 80 para cá, o setor privado investiu em média 1,1% do PIB. No mesmo período, o investimento público caiu 7 vezes, passando de 4,9% por ano para 0,7%.

"O problema está no setor público, mas aí vem o Paulo Guedes e diz que é contra o investimento público em infraestrutura. Para você ver como as coisas são complicadas, na cabeça dele quem tem que investir é o setor privado externo, já que o setor privado doméstico pode ser covarde para fazer esse tipo de investimento. Não é assim, tanto que o setor privado externo não veio", afirma o economista e consultor econômico Raul Velloso, em entrevista exclusiva ao **Monitor Mercantil**.

"Se não há dinheiro para se investir em infraestrutura, e nós temos uma das cargas tributárias mais altas do mundo, não é aumentando a carga tributária que se vai resolver esse problema", analisa. Para Velloso, o virtual estrangulamento dos orçamentos públicos se deve à explosão de despesas da previdência do setor público, não só na União, mas também nos estados e nos municípios. "A soma desses déficits dá mais de R$ 100 bilhões por ano", explica, acrescentando que "o candidato que não demonstrar um jeito de aumentar o investimento público, de fazer o PIB crescer mais, não poderia sequer sentar na mesa como candidato". **Página 5**

Inflação alta nos EUA eleva o dólar e derruba bolsas

O CPI (inflação ao consumidor) de agosto nos EUA registrou alta de 0,1% em comparação com julho de 2022. A expectativa de queda era de 0,1%. Na comparação anual, a alta foi de 8,3%, ante expectativa de 8,1%.

"O núcleo que exclui preços de energia e alimentos também bem veio acima do esperado em ambas as leituras – alta de 0,6% e 6,3% ante expectativas de 0,3% e 6,1% na comparação mensal e anual. Alimentos e energia continuam sendo os segmentos de maior oscilação, mas a abertura do dado mostra inflação nos diferentes segmentos", explica William Castro Alves, estrategista-chefe da Avenue Securities.

William explica que a reação imediata do mercado foi negativa, com queda dos índices de ações e elevação das treasuries.

Segundo Castro Alves, fica implícita a ideia de que os juros devem continuar subindo. "O cenário de elevação de 75 pontos-base para reunião da semana que vem (21) é hoje o cenário base, mas por ora as apostas ainda são de mais 50 pontos", finaliza.

A alta afeta diretamente a expectativa de que o Fed poderá promover mais um aumento de na taxa básica, o que fortalece o dólar e, no curto prazo, afeta negativamente o mercado acionário, analisa Heitor de Nicola, sócio e sssessor de Renda Variável da Acqua Vero Investimentos.

O dólar disparou. O índice que mede o dólar em relação aos seis principais pares aumentou 1,37%. O euro caiu para US$ 0,9979, e a libra para US$ 1,1503.

Depósitos nos bancos caem US$ 370 bi em junho

Matéria do *Wall Street Journal* desta terça-feira revela que os bancos dos EUA perderam um recorde de US$ 370 bilhões em depósitos no último trimestre, para US$ 19,563 trilhões em junho, de acordo com o Federal Deposit Insurance Corp.

Apesar da redução, os bancos seguem numa posição confortável, pois os depósitos cresceram cerca de US$ 5 trilhões nos últimos dois anos devido ao dinheiro colocado no mercado pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) durante a pandemia.

Pixabay CC

Paris apaga luzes da Torre Eiffel para economizar

Paris apagará as luzes da Torre Eiffel uma hora antes do normal, diminuirá a temperatura da água nas piscinas municipais e atrasará o aquecimento de prédios públicos para economizar energia neste inverno, disse a prefeita da cidade Anne Hidalgo nesta terça-feira.

As medidas visam atender à meta do presidente Emmanuel Macron de que a indústria, as famílias e as autoridades municipais reduzam seu consumo de energia em 10% em resposta ao corte no fornecimento de gás da Rússia e à disparada dos preços da energia.

Os preços subiram a partir das sanções impostas pelos EUA à Rússia devido ao conflito na Ucrânia. A Europa apoiou as sanções, que agora a deixam com falta de gás.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1912
Dólar Turismo	R$ 5,3900
Euro	R$ 5,1755
Iuan	R$ 0,7495
Ouro (gr)	R$ 286,06

ÍNDICES

IGP-M	-0,70% (agosto)
	0,21% (julho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,46%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

Teorias sobre a Organização do Estado Nacional – Liberais e Conservadores no Império

Por Felipe Quintas e Pedro Augusto Pinho

Uma vez completada a Independência, a organização nacional passa a ser responsabilidade exclusiva das forças internas brasileiras. Já não havia mais a Corte lisboeta para construir as instituições pelas quais a vida nacional se regeria. A autonomia traz consigo a responsabilidade, e esta, por sua vez, requer a sabedoria prática necessária para conservar a inteireza do edifício. Não há uma fórmula pronta para ela, disto decorrendo toda uma constelação de propostas e projetos que, mesmo discrepantes, precisam, em algum momento, se harmonizar para impedir o esfacelamento da nação no decurso histórico. Tarefa de estadistas, que agem no presente olhando para o futuro com base nos exemplos do passado e seguindo as referências permanentes da nacionalidade.

Com a abdicação de D. Pedro I, que exercia, aos moldes absolutistas, influência centrípeta e unificadora, evidenciaram-se as discórdias em torno dos rumos nacionais. As tendências mais extremas e polarizantes, como os "liberais exaltados", também chamados jurujubas e farroupilhas, e os restauradores, também chamados caramurus e retrógrados, que defendiam o retorno de D. Pedro I e até mesmo a reunificação com Portugal, foram esmagadas pelos ditos liberais moderados, à frente da Regência.

O liberalismo moderado dos regentes buscava, em essência, compor um núcleo gravitacional centrista, composto por oligarcas, aristocratas e bacharéis, para preservar a base institucional da sucessão real. Convinha impedir tanto a instauração da república, que interromperia o flanco americano da Dinastia de Bragança, quanto atrair novamente o interesse colonizador lusitano, pondo em risco a autonomia dos dirigentes locais.

Toda definição da correlação de forças políticas acarreta consigo certa definição da agenda. No caso do triunfo dos liberais moderados, a agenda política vencedora foi o dilema entre centralização e descentralização do exercício do poder, ou seja, entre o unitarismo e o federalismo. Num país do tamanho do Brasil, eivado de diferentes realidades na mesma comunidade pátria, a distribuição de poder entre as diferentes instâncias já se fazia sentir como questão crucial da organização nacional.

Em princípio, os setores mais liberais eram a favor de maior descentralização, e os conservadores, de maior centralização. Em termos práticos, o Ato Adicional de 1834, que emendava a Constituição do Império, teve caráter descentralizador, apesar de ter unificado o poder central. Dissolveu o Conselho de Estado do Império do Brasil e criou as Assembleias Legislativas provinciais, e, ao mesmo tempo, transformou a Regência Trina em Una. Representou, pois, uma solução de compromisso, bem ao gosto dos grupos dirigentes nacionais. Em 1840, a Lei Interpretativa do Ato Adicional atenuou seu caráter descentralizador, retirando prerrogativas das províncias e ampliando o controle do poder central sobre a Guarda Nacional.

O dilema centralização X descentralização perduraria até o final do II Império e estaria presente na plataforma dos dois principais partidos do período: o Partido Liberal, dos "luzias", formado pela aproximação entre alguns liberais moderados e outros outrora exaltados, e o Partido Conservador, dos "saquaremas", formado pela aproximação entre outros liberais moderados e alguns caramurus.

Em princípio, o Partido Liberal era favorável à descentralização do poder, e o Partido Conservador, a favor da centralização. Porém, havia muito mais em jogo. Os luzias inclinavam-se à reprodução dos modelos institucionais existentes em outros países, sobretudo na Grã-Bretanha, modelo exemplar de monarquia parlamentarista com alto grau de descentralização política nas mãos das elites locais. Os saquaremas, por sua vez, desconfiavam da importação de modelos prontos e prefeririam criar soluções nativas para os problemas internos. Não lhes importavam tanto a adequação a padrões civilizatórios ditos superiores, mas, sim, o encaminhamento pragmático das questões concretas para a manutenção das instituições nacionais que lhes conferiam liderança hierárquica dentro do país.

São conhecidas as posições do conservador Bernardo Pereira de Vasconcelos acerca da relatividade política e da importância de ajustar a ação e os meios às novas realidades a fim de salvaguardar as instituições. Liberal arrependido e escravocrata convicto do papel "civilizatório" da África no Brasil, ou seja, da escravidão, ele tinha todos os motivos para apregoar uma institucionalidade de baixo dinamismo. No seu juízo, que exprime o sumo do empirismo conservador, "a perfeição de obra tal só pode provir-lhe da experiência; ela e o tempo é que hão de mostrar a necessidade das alterações e modificações, que cumprirá fazer; e o governo as mandará adotar, quando convencer-se da sua importância e utilidade" (In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos – Coleção Formadores do Brasil*, 1999, p. 244).

> 'Modernização conservadora' avessa a transformação profunda

Também é conhecido o exorcismo do "demônio centralizador" do Império pelo liberal Tavares Bastos, reverente ao liberalismo resplandecente no mundo anglo-saxão. Num país escravista, controlado por ordens privadas de cunho feudal ou semifeudal e desprovido de educação pública de massa, Tavares Bastos insurge-se contra a "onipotência do Estado" e reclama a liberdade capitalista de mercado sem reivindicar os seus pressupostos políticos e sociais, como a superação do legado da escravidão e a escolarização pública.

Os entreveros entre os dois partidos eram mediados pelo Poder Moderador do Imperador, que, juntamente ao Conselho de Estado, recriado em 1841, constituiu o ponto de equilíbrio das elites dirigentes nacionais durante o II Império. A Coroa foi o centro simbólico e institucional de união entre os dois partidos-irmãos, que, tendo se originado do mesmo útero e pretendendo um alcance nacional restrito às elites, disputaram com veemência os cargos públicos no Parlamentarismo à brasileira, que, todavia, não era, à época, mais elitista que o britânico.

Num outro aspecto também estavam de acordo os liberais "cosmopolitas" e os conservadores "nacionalistas": a modernização social e econômica brasileira deveria ser tão gradual quanto fosse preciso para resguardar as instituições nacionais. Longe de ter sido um período de estagnação, o Império conheceu um forte dinamismo interno, com os empreendimentos do Barão de Mauá, o início da construção de linhas ferroviárias, a atração de imigrantes europeus, a expansão da cafeicultura capitalista, a mercantilização da terra com a Lei de Terras de 1850, e o paulatino esgotamento da instituição escravista sob a influência da lei Eusébio de Queirós, de 1850, que aboliu o comércio de seres humanos com a África.

A "revolução burguesa" brasileira sucedeu-se, assim, calma e gradativamente, sem os arrancos revolucionários que tiravam o sono das elites brasileiras. Progresso, sim, mas com ordem. Ironia das ironias: os maiores progressos administrativos e econômicos foram efetuados pelos gabinetes conservadores. Destaca-se o pensamento do saquarema Visconde do Paraná, líder do Ministério da Conciliação, que reuniu conservadores e liberais: "Não há boa conservação sem que haja também progresso".

O progresso não cairia do céu, por isso ele defendia que "devemos procurar melhoramentos, não só materiais, mas também intelectuais e morais". Nesse período, de extraordinária concórdia política entre as facções divergentes, o Brasil ganhou seu primeiro parque industrial, estabeleceu o Conselho Naval, aprovou os estatutos da Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II, fundou o Imperial Instituto de Meninos Cegos, executou a nova política de tributação alfandegária, entre outras providências.

Tudo isso, porém, foi muito pouco perto do que o Brasil realmente precisava para aproveitar seus recursos em prol do seu desenvolvimento econômico e social. Num mundo que se modernizava na velocidade das ferrovias, carro-chefe da revolução industrial nos Estados Unidos e na Europa continental em meados do século 19, a "modernização conservadora" brasileira assumia compleição experimentalista, avessa a qualquer transformação mais profunda que abalasse estruturas e hierarquias consolidadas. O país havia sido bem sucedido em construir instituições estatais, porém a nação ainda precisava ser representada.

A emancipação do trabalho e a disseminação da educação, já presentes no projeto nacional de José Bonifácio, não receberam a devida consideração. O país carecia de estradas e fábricas, mas o governo pouco mais tinha a oferecer do que algum protecionismo tarifário que, numa economia ainda escravista, pouco podia fazer para alavancar a indústria nacional.

A questão social e a inadiabilidade do desenvolvimento somente passariam a ser levantadas pelos abolicionistas e pelos positivistas, que renovaram a agenda política nas últimas décadas do século e abriram as portas para novas concepções de instituições, não apenas como protetoras da ordem privada de elites aristocráticas, mas como promotoras e realizadoras de um ideal compartilhado de nação capaz de descer ao povo e viver nas entranhas profundas da sociedade nacional.

Felipe Maruf Quintas é doutorando em ciência política.
Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

ESG, versão 4.0 do greenwashing?

A sigla ASG (ou, na linguagem preferida dos executivos brasileiros, ESG, de Environmental, Social and Governance) não pode faltar nos manuais, nas reuniões e na publicidade de grandes, médias e pequenas empresas. Se as letras são onipresentes, o que se pretende com elas está longe da realidade. Na maioria dos casos, não passa de uma versão do greenwashing, apropriação de virtudes verdes para ganhar pontos junto ao público.

Afinal, como enxergar negócios mais sustentáveis, com geração de valor a todos os públicos de interesse e baixo impacto ao meio ambiente, em empresas cujo principal objetivo é gerar dividendos para os acionistas e bônus para os executivos?

Sem preparação

Karolyne Utomi, fundadora da KR Advogados e Instituto Kaesi, que capacita as empresas para estarem preparadas para receber colaboradores em vagas afirmativas, comenta sobre a criação dessas vagas sem considerar que esta população é diversa e possui déficits originados justamente das discriminações sociais. "Para promover essas vagas afirmativas é preciso preparar os colaboradores inseridos, a alta gestão e os colaboradores já existentes. E isso não está acontecendo, e por isso temos as políticas ESG no Brasil se tornando uma greenwashing", comenta.

Contramão

Contrariando todos os analistas e economistas do mercado financeiro, o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco afirma que a deflação nos últimos 2 meses não é resultado da intervenção nos impostos, mas sim da alta dos juros. Franco, à frente do BC no final da década de 1990, minimizava os déficits em contas externas – saiu do Banco Central quando o dólar disparou, e o Brasil quebrou.

Rápidas

Será na Tribuna Nobre do Jóquei Clube, na Gávea, coquetel com o deputado Otávio Leite com os influenciadores digitais do Rio de Janeiro. Próximo dia 21, às 19h *** "O impacto que a economia sofrerá com os possíveis resultados das eleições" é o tema de mais uma edição do Credit Talk, que a Allianz Trade realizará nesta quinta-feira, 11h, com o superintendente de riscos da Allianz Trade, Rafael Guarento, e Rodolfo Margato, economista da XP, via Webex *** A FGV Direito Rio fará nestas quinta e sexta congresso internacional sobre os 20 anos do Código Civil, com participação da ministra do STF Cármen Lúcia *** A sócia-fundadora do Ciclo Empreendedor Universitário (CEU), Amanda Eloi, fará palestra sobre "O ingresso do administrador no mercado de trabalho", na Universidade Veiga de Almeida (UVA), Campus Tijuca, nesta quinta, às 19h, em comemoração ao Mês do Administrador *** De 20 a 22 de setembro, das 20h às 21h, o professor e terapeuta Urfé Carvalho oferecerá 3 aulas gratuitas sobre o uso das cores no dia a dia. Inscrições pelo WhatsApp para (21) 99390-7183 *** A Megamatte participará da Expo Franchising ABF Rio, de quinta a sábado, apresentando mais uma opção de investimento: o Megamóvel, antes restrito a franqueados, passa a ser comercializado de forma independente.

Escolas privadas: dificuldade de manter salário em dia em queda

Taxa média de ocupação das salas de aula é de 66%

O Escolas Exponenciais, instituto líder em pesquisas educacionais e parceiro de apoio estratégico para a evolução das escolas, divulgou a pesquisa nacional "Escolas Exponenciais", onde revela que 19% das unidades pesquisadas estão com dificuldade em manter os salários dos funcionários em dia – no ano passado, eram 22%. A taxa média de inadimplência se manteve estável nos últimos dois anos, em 10%.

A pesquisa identificou que as escolas estão otimistas com o ganho de alunos e já programam novos investimentos: 82% das unidades disseram que pretendem investir em melhorias até o fim do ano. Ainda assim, a taxa média de ocupação das salas de aula é de 66% da capacidade instalada nas escolas particulares. Esse número aponta que o setor privado, sem realizar novos investimentos, pode receber cerca de 3,7 milhões de alunos, além dos atuais.

O levantamento mostra ainda que a situação financeira das famílias tem impactado menos as instituições de ensino particulares brasileiras. Em 2021, 56% delas relataram ter perdido alunos ao longo do ano por problemas financeiros dos pais. Em 2022, esse número caiu para 41%. Além disso, 64% das escolas responderam ter ganho alunos neste ano. Em 2021, apenas 31% tinham aumentado o número de matrículas.

Em 2021, o levantamento nacional do Instituto Escolas Exponenciais contou com mais de 500 escolas particulares, de 25 estados. Já este ano, foram 764 escolas, um aumento de 53% em relação ao ano anterior, em 276 cidades, nos mesmos 25 estados e 150 mil respondentes.

"A pesquisa traz para a escola a possibilidade de ouvir seu público e, assim, planejar novas estratégias. Essa escuta com as famílias permite às escolas entender onde precisam melhorar ou enxergar o que estão fazendo de forma acertada", diz Kely Gouveia Teixeira, gerente na Escolas Exponenciais.

Segundo o estudo, oito a cada dez pais não pensam em trocar os filhos de escola no próximo ano, conforme mostrou a pesquisa. Entre os motivos mais apontados para a satisfação com o colégio estão o cuidado da equipe com os filhos e a qualidade na formação acadêmica dos alunos.

SP ultrapassa R$ 9,2 bilhões em investimentos de energia solar

São Paulo está entre os estados brasileiros com maior potência instalada de energia solar na geração própria em telhados, pequenos negócios e terrenos. Segundo recente mapeamento da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a região possui mais de 1,7 gigawatts (MW) em operação nas residências, comércios, indústrias, propriedades rurais e prédios públicos.

A potência instalada em São Paulo coloca o estado na segunda posição do ranking nacional da associação. Segundo a entidade, o território paulista responde sozinho por 13,4% de toda a capacidade instalada de energia solar na modalidade.

O estado possui mais de 199,2 mil conexões operacionais, espalhadas por 641 municípios, ou 99,4% dos 645 municípios da região. Atualmente são mais de 238,9 mil consumidores de energia elétrica que já contam com redução na conta de luz, maior autonomia e confiabilidade elétrica.

Desde 2012, a geração própria de energia solar já proporcionou à São Paulo a atração de mais de R$ 9,2 bilhões em investimentos, geração de mais de 51 mil empregos e a arrecadação de mais de R$ 2,3 bilhões aos cofres públicos.

Para Pedro Drumond, coordenador estadual da Absolar em São Paulo, o avanço da energia solar no País é fundamental para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Brasil e ajuda a diversificar o suprimento de energia elétrica do País, reduzindo a pressão sobre os recursos hídricos e o risco da ocorrência de bandeira vermelha na conta de luz da população. "O estado de São Paulo é atualmente um importante centro de desenvolvimento da energia solar. A tecnologia fotovoltaica representa um enorme potencial de geração de emprego e renda, atração de investimentos privados e colaboração no combate às mudanças climáticas", comenta.

Para o presidente executivo da associação, Rodrigo Sauaia, a energia solar ajuda a população e empresas a se protegerem dos fortes aumentos nas contas de luz e contribui para a sustentabilidade do País. "Graças à versatilidade e agilidade da tecnologia solar, basta um dia de instalação para transformar uma residência ou empresa em uma pequena usina geradora de eletricidade de limpa, renovável e acessível", aponta.

No Rio, segundo recente mapeamento da entidade, o estado possui atualmente 63,3 mil conexões operacionais de energia solar em telhados, fachadas e pequenos terrenos. A região conta com 540,2 megawatts (MW) em operação nas residências, comércios, indústrias, propriedades rurais e prédios públicos.

Desenvolvimento de áreas de petróleo será implementado no Rio

O Programa Estadual de Fomento e Desenvolvimento das Áreas Produtoras de Petróleo e Gás (Propetro) será criado no Estado do Rio. É o que determina a Lei 9.850/22, de autoria dos parlamentares que participaram da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Royalties e Participações do Petróleo e Gás, que foi sancionada pelo governador Cláudio Castro e publicada no Diário Oficial (DO) desta terça-feira.

A norma estabelece que os órgãos do Executivo desenvolvam políticas de apoio, parceria e orientação técnica aos municípios produtores de petróleo e gás para promover as seguintes ações: a troca de informações jurídicas e fiscais para a ampliação da arrecadação do estado e dos municípios com royalties e participações governamentais; a realização de programas de capacitação que possibilitem aos servidores melhores condições de fiscalizar as atividades desenvolvidas pelas empresas exploradoras de petróleo e gás; a concepção de uma política estadual de atração de investimentos, com enfoque nas atividades complementares da indústria petrolífera; a construção de estudos técnicos com base na identificação das potencialidades econômicas dos municípios produtores e de seus municípios vizinhos; e a licitação e a realização de obras de infraestrutura. A lei também determina que o governo do estado incentive a transição para uma matriz energética menos dependente de combustíveis fósseis.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CIELO EMISSORES II - CNPJ: 40.906.116/0001-09 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam os senhores quotistas do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CIELO EMISSORES II** ("Fundo") convocados para se reunirem em assembleia geral de quotistas, que se realizará por meio de vídeo e/ou teleconferência, a ser organizada pela Administradora, e/ou através da manifestação de voto por escrito, no dia **28 de setembro de 2022, em primeira convocação, às 16 (quatro) horas**, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) A aprovação de Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) Autorização para o Administrador adotar as medidas necessárias para o cumprimento das deliberações desta Assembleia Geral. Não havendo *quorum* para a realização da assembleia geral em primeira convocação, esta será realizada em **05 de outubro de 2022, no mesmo horário e local, valendo este Edital também como segunda convocação.** Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2022. **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** - Administradora do Fundo.

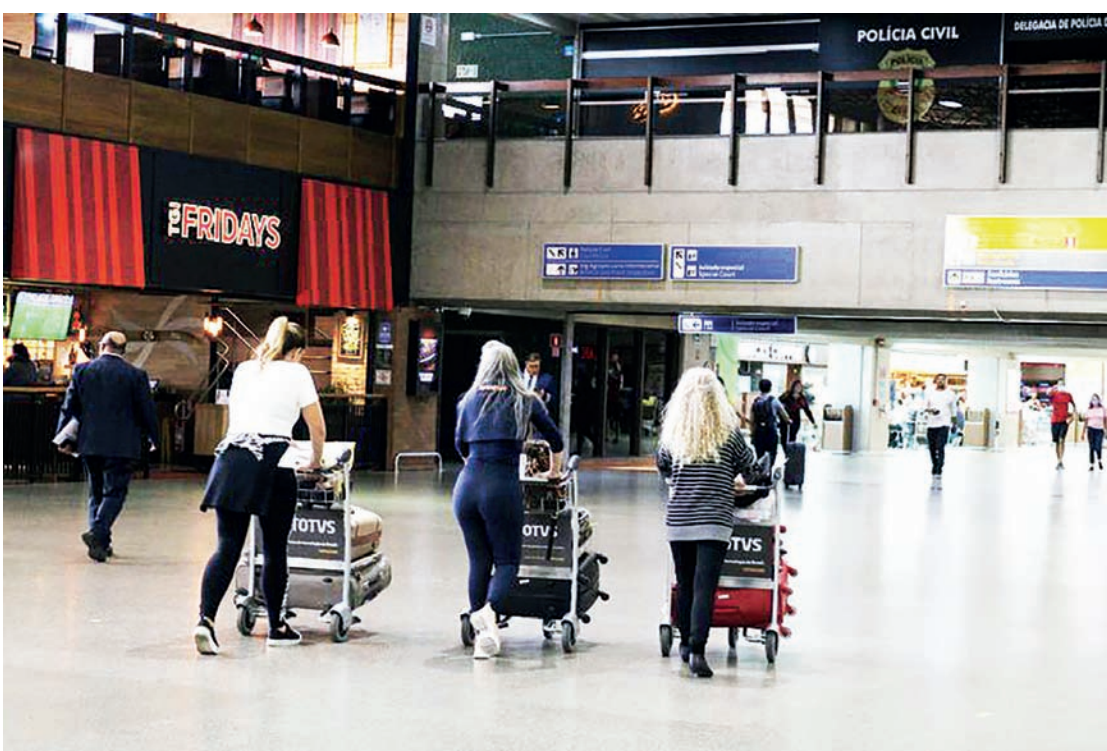
Setor de turismo ainda está abaixo 1,1% do nível pré-pandemia

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) divulgou nesta última terça-feira o índice de atividades turísticas de julho, que apontou expansão de 1,5% frente ao mês imediatamente anterior, após ter recuado 1,7% em junho. O segmento de turismo ainda se encontra 1,1% abaixo do patamar de fevereiro de 2020.

Regionalmente, dez dos 12 locais pesquisados acompanharam este movimento de crescimento verificado na atividade turística nacional (1,5%). A contribuição positiva mais relevante ficou com São Paulo (4,6%), seguido por Santa Catarina (9,6%), Rio de Janeiro (2,0%) e Paraná (4,6%). Em sentido oposto, Minas Gerais (menos 0,6%) e Rio Grande do Sul (menos 1,1%) assinalaram os únicos recuos em termos regionais.

Na comparação de julho de 2022 com julho de 2021, o volume de atividades turísticas no Brasil cresceu 26,5%, 16ª taxa positiva seguida, sendo impulsionado, principalmente, pelo aumento na receita de empresas que atuam nos ramos de restaurantes, transporte aéreo, hotéis, locação de automóveis, rodoviário coletivo de passageiros, e serviços de bufê.

Em termos regionais, todas as doze unidades da Federação onde o indicador é investigado mostraram avanço nos serviços voltados ao turismo, com destaque para São Paulo (34,6%), seguido por Minas Gerais (38,7%), Rio de Janeiro (12,2%), Rio Grande do Sul (32,0%) e Paraná (33,9%).

No indicador acumulado no ano, o agregado do especial de atividades turísticas cresceu 41,9% frente a igual período do ano passado, impulsionado, sobretudo, pelos aumentos de receita obtidos por empresas dos ramos de transporte aéreo de passageiros, restaurantes, hotéis, locação de automóveis, transporte rodoviário coletivo de passageiros, e serviços de bufê.

Regionalmente, todos os doze locais investigados também registraram taxas positivas, em que sobressaíram os ganhos vindos de São Paulo (47,7%), seguido por Minas Gerais (67,1%), Rio de Janeiro (22,2%), Rio Grande do Sul (56,6%) e Bahia (38,2%).

Volume de serviços cresce 1,1% em julho

Em julho de 2022, o volume de serviços no Brasil cresceu 1,1% frente a junho, na série com ajuste sazonal. O setor se encontra 8,9% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e 1,8% abaixo de novembro de 2014 (ponto mais alto da série histórica). Os dados foram divulgados nesta última terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Na série sem ajuste sazonal, ante julho de 2021, o volume de serviços subiu 6,3% sua 17ª taxa positiva consecutiva. O acumulado do ano chegou a 8,5% frente a igual período de 2021, e o acumulado nos últimos 12 meses passou de 10,5% em junho para 9,6% em julho de 2022, mantendo trajetória descendente desde abril de 2022 (12,8%).

O avanço de 1,1% do volume de serviços, de junho para julho de 2022, foi acompanhado por três das cinco atividades investigadas, com destaque para os transportes (2,3%), que avançaram 3,9% entre maio e julho, e para informação e comunicação (1,1%), que recuperou o ligeiro decréscimo (menos 0,2%) do mês anterior. A outra expansão do mês ficou com serviços prestados às famílias (0,6%), o quinto crescimento seguido, com ganho acumulado de 9,7% nesse período. Em sentido oposto, outros serviços (menos 4,2%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (menos 1,1%) exerceram as influências negativas de julho.

Ainda na série com ajuste sazonal, a média móvel trimestral foi de 0,8% no trimestre encerrado em julho de 2022 frente ao nível do mês anterior, mantendo o comportamento positivo desde julho de 2020. Quatro das cinco atividades acompanharam o crescimento do índice global: os transportes (1,3%), os serviços prestados às famílias (1,1%), informação e comunicação (0,6%), e os profissionais, administrativos e complementares (0,3%). Por outro lado, os outros serviços (0%) mostraram estabilidade neste mês.

Segundo o estudo, na comparação com julho de 2021, o volume do setor de serviços, ao avançar 6,3% em julho de 2022, registrou a 17ª taxa positiva seguida. O resultado deste mês trouxe expansão em quatro das cinco atividades de divulgação e contou ainda com crescimento em 59,6% dos 166 tipos de serviços investigados. Entre os setores, o de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (12,8%) exerceu a principal contribuição positiva sobre o volume total de serviços, impulsionado, em grande medida, pelo aumento de receita das empresas pertencentes aos ramos de transporte rodoviário de cargas, rodoviário coletivo de passageiros, aéreo de passageiros, gestão de portos e terminais; navegação de apoio marítimo e portuário, e ferroviário de cargas.

Os demais avanços vieram dos serviços prestados às famílias (22,6%), dos profissionais, administrativos e complementares (4,2%), e informação e comunicação (2%). De acordo com o IBGE, a única taxa negativa do mês ficou com o setor de outros serviços (menos11,3%), pressionado, especialmente, pela menor receita oriunda de atividades de administração de fundos por contrato ou comissão corretoras de títulos e valores mobiliários, recuperação de materiais plásticos, administração de bolsas e mercados de balcão organizados, e consultoria em investimentos financeiros.

Varejo no Rio fatura 17,1% a mais durante o Rock In Rio

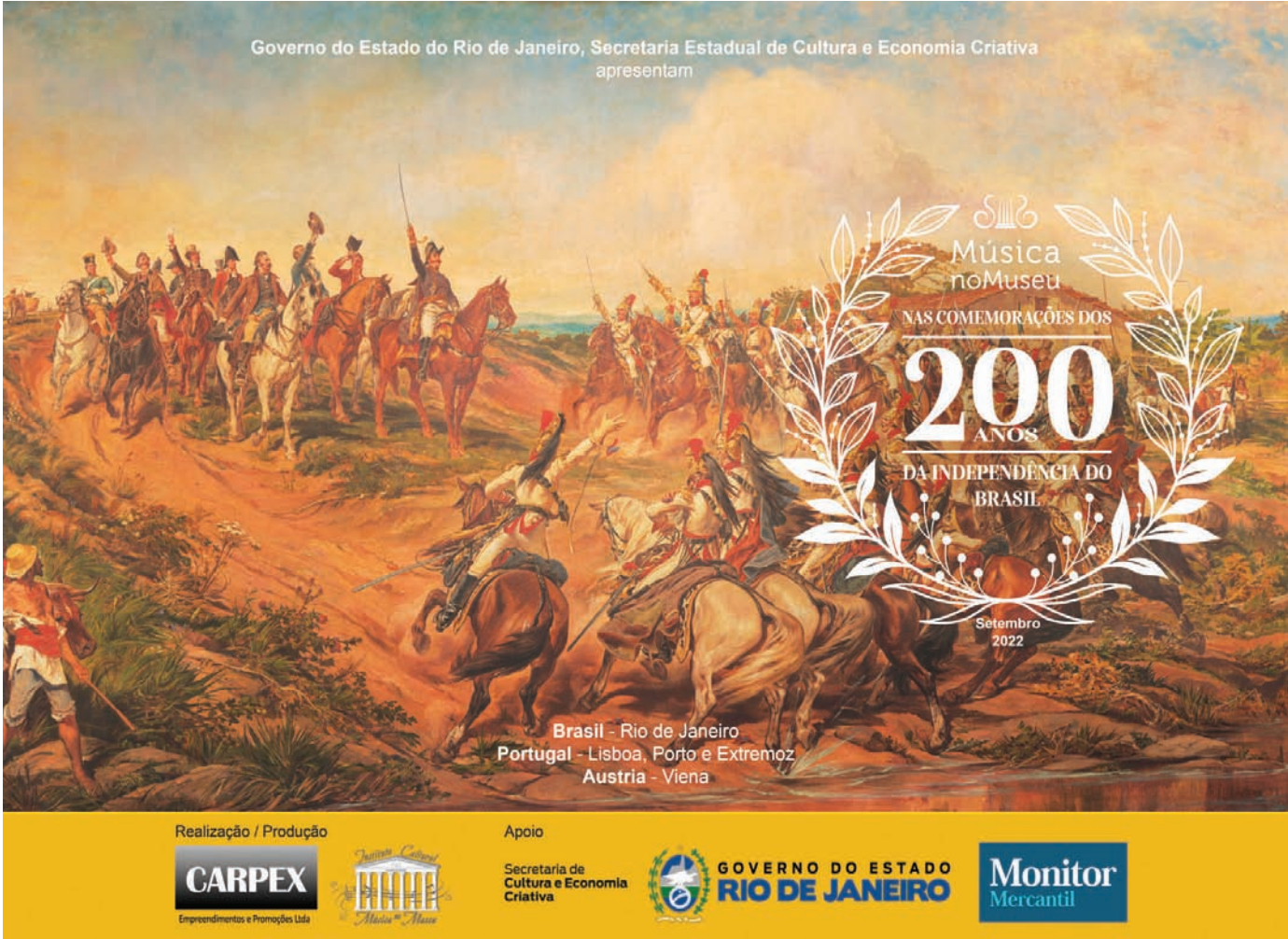
O faturamento do varejo na cidade do Rio de Janeiro cresceu 17,1%, sem descontar a inflação, durante o período de realização do Rock in Rio, entre 2 e 11 de setembro, em comparação com período similar do ano passado, mostra o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA).

Os segmentos que registraram as maiores altas nas vendas foram transporte (78,7%), companhias aéreas (71,4%), hotéis (56,8%), recreação e lazer (44,9%) e bares e restaurantes (21,5%).

Segundo Diego Adorno, gerente de Produtos de Dados da Cielo, os números mostram que o evento foi capaz de alavancar todo o comércio da cidade, especialmente aqueles segmentos mais ligados à realização do festival de música. “O Rock in Rio foi responsável por levar um grande movimento para a cidade do Rio de Janeiro, aquecendo diretamente os setores relacionados a transportes e acomodações.”, afirma.

Entre os dias 2 e 4 de setembro, as vendas no varejo na capital fluminense subiram 18,4%, na comparação com o período de 3 a 5 de setembro, com destaques para hotéis (mais 83,3%) e transporte (mais 67,4%).

As vendas cresceram 16,1% no período entre 8 e 11 de setembro ante 9 a 12 de setembro de 2021. O faturamento das companhias aéreas subiu 99,4%, enquanto do segmento de transporte cresceu 76,8%.

O Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA) acompanha mensalmente a evolução do varejo brasileiro, de acordo com as vendas realizadas em 18 setores mapeados pela Cielo, desde pequenos lojistas a grandes varejistas. Eles respondem por 1,1 milhão varejistas credenciados à companhia. O peso de cada setor no resultado geral do indicador é definido pelo seu desempenho no mês.

Raul Velloso: o problema é o déficit da previdência do setor público

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a situação fiscal do país com o economista e consultor econômico Raul Velloso.

Como o senhor avalia a atual situação fiscal do país?

Eu prefiro começar pelo diagnóstico central. Hoje nós temos uma coisa que não está sendo dita por ninguém: estamos sofrendo os impactos de dois choques externos importantes. Quando eu vejo o Paulo Guedes dizer que o Brasil está se diferenciando, eu fico horrorizado porque tudo é eleitoreiro. Quando ele diz que não é necessário fazer nada, é não fazer nada antes das eleições.

O Paulo Guedes tem uma visão da economia que está ultrapassada. Ele é contra o funcionalismo público e, principalmente, o investimento público. Esse tipo de investimento sofreu bastante nos últimos anos. Nós temos um desastre fiscal e uma desabada terrível dos investimentos públicos.

Quando nós falamos em investimento público, nós estamos falando, basicamente, em infraestrutura, sendo que o setor público sempre foi um investidor muito importante nesta área. Por viés ideológico? Não. Isso é porque o setor privado não entra em qualquer investimento desse tipo, conhecido por ser difícil, complexo e, muitas vezes, por sua baixa rentabilidade. O risco é muito alto, isso quando não tem uma proibição explícita para que o setor privado entre.

Do final dos anos 80 para cá, o setor privado investiu em média 1,1% do PIB. Quando eu vi essa informação, eu a achei esquisita. Se o setor privado havia entrado em tanta coisa, como só podia ser isso? Então eu fui atrás do investimento público no mesmo período e verifiquei que ele havia caído 7 vezes, passando de 4,9% por ano para 0,7%. Hoje, ele é menor que o privado.

Há alguns anos, eu me deparei com um estudo do Banco Mundial que mostrava que investimentos em infraestrutura aumentam a taxa de crescimento do PIB e a produtividade, e melhoram a distribuição de renda de um país. Mesmo assim, o investimento público caiu 7 vezes, e o investimento privado está "paradão".

O problema está no setor público, mas aí vem o Paulo Guedes e diz que é contra o investimento público em infraestrutura. Para você ver como as coisas são complicadas, na cabeça dele quem tem que investir é o setor privado externo, já que o setor privado doméstico pode ser covarde para fazer esse tipo de investimento. Não é assim, tanto que o setor privado externo não veio.

O centro do meu raciocínio é que independente dos Paulo Guedes da vida, se há dinheiro, o governo é suficientemente forte para investir a despeito do ministro. Os ministros que estão no segmento de infraestrutura, em geral, são fortes politicamente.

Como é que o país vai crescer se não se joga dinheiro num segmento que é obviamente ligado à expansão, produtividade e distribuição de renda? É porque faltou dinheiro. Foi aí que eu comecei a olhar com mais atenção a composição do gasto, que é onde o bicho pega.

Se não há dinheiro para se investir em infraestrutura, e nós temos uma das cargas tributárias mais altas do mundo, não é aumentando a carga tributária que se vai resolver esse problema. Se o sistema tributário for alterado, em vez de se aumentar a arrecadação, ela pode ser diminuída. Tanto é que a reforma tributária não andou.

Nós estamos numa trajetória de queda gradativa do PIB nos últimos 20 anos, sendo que nos últimos 8 anos, a diminuição foi em média de 0,4%. Se o investimento público diminuiu 7 vezes, o investimento privado está estagnado em 1,1%, e o PIB caiu em média 0,4% nos últimos 8 anos, não há como não haver um elo aí.

Nós temos hoje um virtual estrangulamento dos orçamentos públicos devido à explosão de despesas da previdência do setor público, não só na União, mas também nos estados e nos municípios. A soma desses déficits dá mais de R$ 100 bilhões por ano. O crescimento desse gasto de 2006 para cá é chocante. Por mais que a arrecadação se comporte bem, aonde é que se vai encolher para dar espaço para isso? No investimento, que não tem um defensor forte.

Eu olho para a questão fiscal de uma maneira diferente porque estou dando uma razão de ser para que ela seja arrumada de forma a que a economia possa voltar a crescer pela recuperação dos investimentos em infraestrutura. O único jeito de arrumar espaço para investir é arrumando a previdência do setor público.

O preço por essa situação, que é bastante alto, já está sendo pago por nós como sociedade e economia. Esse assunto não deveria estar sendo discutido de forma séria pelos candidatos à presidência?

Sim, mas aqui no Brasil, mais do que em outros lugares, ninguém discute nada sério. Você não se deu conta disso? Isso serve de alerta. O candidato que não demonstrar um jeito de aumentar o investimento público, de fazer o PIB crescer mais, não poderia sequer sentar na mesa como candidato. De que adianta mudar se não for para resolver isso?

É perda de tempo colocar os caras para brigarem quando eles vão brigar em cima de abobrinhas. O sério seria uma discussão mais completa. Por que você acha que no Japão a relação dívida x PIB é de 200%? O problema não é o tamanho da dívida. Nos Estados Unidos é aceitável que a razão dívida x PIB aumente. O que não é aceitável é ignorar os choques externos, o que está vindo com a energia. Por conta disso, e da pandemia, eles estão subindo os juros para combater o efeito inflacionário de um jeito que nunca foi feito.

No Brasil, sequer se tem percepção desses choques. Aqui se acha que o presidente do Banco Central não vai seguir a subida de juros que está acontecendo lá fora. Com isso, nós teremos falta de investimento e desaceleração da economia porque os juros subiram. Dá vontade de perguntar aos candidatos: você sabia que os juros vão subir? No ano que vem, quando você assumir, o Banco Central, que é independente, vai aumentar os juros. Por quê? Porque os bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa estão fazendo isso. A questão é que eles estão vendo esses dois choques, e não a questão previdenciária do setor público brasileiro. E eu nem estou falando do INSS. Se estivesse falando dele, seria suicídio coletivo.

O foco não é o excesso de dívida pública e a discussão fiscal, e sim a previdência do setor público. A reforma que foi aprovada fez um senhor ajuste nas contas da previdência geral, mais do que no setor público. Agora, eu focaria onde o impacto foi menor, na previdência do setor público, já que os estados e municípios não são obrigados a seguir a União, mesmo que a reforma tenha sido uma só. Por exemplo, o Piauí conseguiu aprovar uma reforma mais forte que a feita pela União, pois o governador Wellington Dias (PT) acredita no diagnóstico da previdência do setor público.

Aqui é a hora e vez de fazermos um ajuste fiscal que crie fundos de pensão para os servidores públicos. Com isso, eu abro espaço para os investimentos do mesmo jeito que eu abriria se estivesse cortando custeio da máquina. Eu não colocaria os choques como itens prioritários nas agendas dos debates, e sim a abertura de espaço para investimento.

O braço prioritário da solução é a previdência do setor público. Se isso não for feito, estaremos lascados. Vamos continuar sendo pressionados, o investimento será zerado, a infraestrutura vai virar farinha com o tempo e os choques vão levar as taxas de juros internas a subirem, levando à desaceleração da economia sem que haja uma saída pelas exportações, já que não haverá infraestrutura.

A situação fiscal termina na dívida pública. Em 2012, ela fechou em R$ 2,58 trilhões. Depois de 10 anos, a dívida pública fechou 2021 totalizando R$ 7 trilhões, um aumento de 171,3%. Na sua opinião, os Poderes, me refiro ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário, estão se dando conta da situação?

A resposta para a sua angústia, que também é a minha, é a seguinte: um gasto tem que ser muito bom. Como existe uma visão de que mais dívida é ruim, eu só posso incorrer num novo gasto quando houver segurança de que ele é melhor do que tudo que já é gasto no orçamento. O problema é que hoje não se sabe onde o dinheiro será gasto, como se pode ver através do orçamento secreto.

Antes de tudo, tem que haver uma demonstração de que um gasto, que será discutido, tem qualidade. Sem isso, não haveria nem mesmo discussão. Deveria haver uma câmara prévia de avaliação de gastos na porta do governo, responsável por testar a qualidade dos novos projetos. Isso é o mínimo que deveria ser feito.

Eu não estou preocupado com o tamanho da dívida, pois não é isso que causa o problema. Se eu tiver segurança na qualidade do gasto, eu vou passar o resto da minha vida defendendo esse gasto. Deveria haver um ranking de gastos, relacionando todos os que já existem e os seus resultados. Na hora em que uma pessoa trouxesse uma maluquice, ela teria que provar que esse gasto fará a economia crescer mais que um projeto nobre de infraestrutura.

Se os recursos forem bem gastos, o fato de a dívida ser grande não é um problema.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SOCIEDADE
COOPERATIVA NOVO MILÊNIO - COOPERATIVA DE CONSUMO
CNPJ 29.433.714/0001-75 / NIRE 33400056221

A Diretora Vice-Presidente da SOCIEDADE COOPERATIVA NOVO MILÊNIO - COOPERATIVA DE CONSUMO, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os Cooperados Associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em nossa sede no **dia 24 de setembro de 2022, em primeira convocação às 09h00min** com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de Cooperados Associados, em segunda às 10h00min com metade mais 01 (um) do número total de Cooperados Associados e em terceira e última às 11h00min Convocação com a presença mínima de 10 (dez) Cooperados Associados para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Entrada e Saída de Cooperados; 2. Renúncia de Diretores; 3. Eleição/Substituição de Diretores; e 4. Reforma Estatutária.

Rio de Janeiro/RJ, 14 de setembro de 2022.

RACHEL RIBEIRO CARDOSO
DIRETORA VICE-PRESIDENTE

JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA SÉTIMA VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE 1º, 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO – ELETRÔNICO E PRESENCIAL, prazo: 05 dias, extraído dos autos da Ação de Execução proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO UNIÃO MERCANTIL em face de WORDLINK AGENCIAMENTO & TRANSPORTE LTDA (Processo nº 0319493-18.2019.8.19.0001): O Dr. JUAREZ FERNANDES CARDOSO, Juiz de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a WORDLINK AGENCIAMENTO & TRANSPORTE LTDA, através de sua representante legal, Cláudia Maria Monte Silva, ou quem fizer em suas vezes, de que no dia **27/09/2022**, às 14:30 horas, através do portal de leilões on-line do Leiloeiro Público Oficial JONAS RYMER (www.rymerleiloes.com.br), bem como concomitantemente no Fórum da Comarca da Capital, na Av. Erasmo Braga nº 115, 5º andar, Castelo / RJ, pelo Leiloeiro Público JONAS RYMER, será apregoado e vendido a quem mais der acima da avaliação de **R$ 1.615.440,00**, e no dia **28/09/2022,** no mesmo horário, local e portal, a quem mais der a partir de 60% da avaliação**, o 7º andar ou 8º Pavimento do prédio na Avenida Rio Branco, nº 39, Centro/RJ.** Cf. o 7º Ofício do RI, o ref. imóvel encontra-se matriculado sob o nº 52477 e registrado em nome de Wordlink Agenciamento & Transporte Ltda, constando no R.01, penhora oriunda do presente feito. De acordo com a Certidão de Elementos Cadastrais, o imóvel possui 381 m² de área edificada. Débitos de IPTU: R$ 144.237,75, mais acréscimos legais (2010 a 2013, 2015 e 2019 a 2022 FRE 0602174-5). Débitos Taxa de Serviços Estaduais de Prevenção e Extinção de Incêndios: R$ 5.043,25 (2016 a 2021 - Nº CBMERJ: 2441197-7). Os débitos condominiais pendentes equivalem, na data da expedição do edital de leilão, ao valor de R$ 251.828,41. Débitos fiscais atrelados ao imóvel serão sub-rogados no produto da hasta, cf artigo 30, parágrafo único, do CTN, cabendo ao arrematante, após a prova do depósito integral, diligenciar junto à rede mundial de computadores para indicação do débito exato, com o que será deferido o levantamento do valor respectivo. Após prova da quitação fiscal será expedida a carta de arrematação. Os interessados em participar do leilão deverão oferecer lances presencialmente ou pela internet através do site www.rymerleiloes.com.br, desde que devidamente cadastrados no site e habilitados em até 72 horas de antecedência do presente leilão. – E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente, que será publicado e afixado no local de costume, cientes de que a arrematação, adjudicação ou remição far-se-á à vista, mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, na forma do art. 892, CPC; acrescida de 5% de comissão ao Leiloeiro, de acordo com o parágrafo único, do art. 24, Decreto nº 21.981/32; e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Outro, na íntegra, está afixado no Átrio do Fórum e nos autos acima. RJ, - 16/08/2022. Eu, Marceli da Silva Argento, Mat. 01-31466 - Chefe de Serventia, o fiz datilografar e subscrevo. Dr. Juarez Fernandes Cardoso - Juiz de Direito.

Signo Properties Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/ME nº 27.781.293/0001-48 – NIRE 33.207.384.085

77ª Septuagésima Sétima Alteração da Sociedade Empresária Constituída sob o Tipo Limitada

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito, **Zanda S.à r.l.**, sociedade constituída e organizada segundo as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo, neste ato representada por seu procurador, Sr. Luiz Alves Filho, RG nº 001.920.317-3, IFP/RJ, e CPF/ME nº 104.076.427-49; **Highlands S.à r.l.**, sociedade constituida e organizada segundo as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo, neste ato representada por seu procurador, Sr. Luiz Alves Filho, acima qualificado; **Pedro de Godoy Bueno**, RG nº 22.352.879-5, SSP/RJ, CPF/ME nº 126.861.457-22, neste ato representado por sua procuradora, Sra. Roberta Tavares Bastos, OAB/RJ sob o nº 131.659 e CPF/ME nº 088.527.967-03, conforme instrumento de Procuração; e **Luiz Alves Filho**, qualificado acima. Únicos sócios quotistas da sociedade empresária limitada denominada **Signo Properties Investimentos Imobiliários Ltda.**, com sede e foro na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 05, sala 501, Ed. Montreal, Barra da Tijuca, ("Sociedade") Resolvem, em comum acordo, promover a presente alteração e consolidação do Contrato Social, nos seguintes termos: **I – Da Redução do Capital da Sociedade.** 1.1 Considerando que os sócios quotistas verificaram que o capital social é desproporcional para as atividades atualmente exercidas pela Sociedade, resolvem, de comum acordo, reduzir o capital social no valor do montante ainda não integralizado, que é de R$12.120.000,00, nos termos em que facultam os arts. 1082, II c/c 1084, ambos do Código Civil vigente, passando o capital social da Sociedade de R$292.676.885,00 para o valor de R$280.556.885,00. 1.2 Em função da redução acima mencionada, foi aprovado o cancelamento de 12.120.000 quotas representativas do capital social da Sociedade, a ser suportado pelos sócios quotistas Zanda S.à r.l., Highlands S.à.r.l. e Pedro de Godoy Bueno, conforme segue: (a) cancelamento de 5.938.800 quotas de titularidade da sócia **Zanda S.à r.l.**, qualificada acima; (b) cancelamento de 3.090.600 quotas de titularidade da sócia **Highlands S.à.r.l.**, qualificada acima; e (c) cancelamento de 3.090.600 quotas de titularidade do sócio **Pedro de Godoy Bueno**, qualificado acima. 1.3 Em decorrência das deliberações acima, resolvem os sócios modificar o Caput da Cláusula Quarta do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: ¨***Cláusula Quarta – Capital Social.*** *O capital social da Sociedade é de R$280.556.885,00, em moeda corrente nacional do País, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 280.556.885 quotas, no valor de R$1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios:*

Sócios	*Nº. de quotas*	*Valor em R$*
Zanda S.à.r.l.	*137.472.874*	*R$ 137.472.874,00*
Highlands S.à r.l.	*71.542.005*	*R$ 71.542.005,00*
Pedro de Godoy Bueno	*71.542.005*	*R$ 71.542.005,00*
Luiz Alves Filho	*1*	*R$1,00*
Total	***280.556.885***	***R$ 280.556.885,00***

II – Da Alteração da Sede da Sociedade. 2.1 Decidem ainda os sócios, alterar o endereço da sede da sociedade para: Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida. das Américas, nº4.200, Bloco 05, sala 501, parte, Ed. Montreal, Barra da Tijuca, Cep: 22640-102, Rio de Janeiro-RJ. 2.2 Em razão da deliberação acima, decidem os sócios alterar a **Cláusula Primeira** do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação: ¨***Cláusula Primeira – Denominação e Sede.*** *A Sociedade é uma sociedade empresária do tipo de limitada, girando sob a denominação social de* ***"Signo Properties Investimentos Imobiliários Ltda."****, com sede e foro na Avenida. das Américas, nº4.200, Bloco 05, sala 501, parte, Ed. Montreal, Barra da Tijuca, Cep: 22640-102, Rio de Janeiro-RJ*

01º)	***Matriz:***	*Avenida. das Américas, nº4.200, Bloco 05, sala 501, parte, Ed. Montreal, Barra da Tijuca, Cep: 22640-102, Rio de Janeiro-RJ, NIRE: 33.2.0738408-5*
02º)	***Filial:***	*Rua Marques de Olinda, 29, Niterói, CEP: 24.030-170, RJ, CNPJ nº 27.781.293/0008-14*

III – Da Consolidação do Contrato Social. 3.1 Resolvem, por fim, os sócios, consolidar o Contrato Social e as alterações acima ocorridas.

Fitch: 'BBB-' a reabertura de Notas Seniores da JBS USA

Ratings refletem fraca estrutura de governança corporativa

A Fitch Ratings atribuiu rating 'BBB-' à reabertura de notas seniores sem garantias, com vencimento em 2028, 2033 e 2052, emitidas pela JBS USA Lux S.A. e coemitidas pela JBS USA Finance, Inc e pela JBS USA Food Company (denominadas, em conjunto, JBS USA).

O rating 'BBB- é a nota mais baixa do grupo de investimento. As notas seniores são um tipo de título que tem precedência sobre outras dívidas no caso de a empresa declarar falência e ser forçada à liquidação

"A JBSdiz que pretende aumentar o montante das três emissões em linha os com padrões de mercado. Os recursos serão utilizados para refinanciar dívida, inclusive notas sem garantias e empréstimos com garantias, e usos corporativos em geral", destacou o relatório da agência de classificação de risco.

De acordo com a agência, os ratings da JBS continuam limitados por sua fraca estrutura de governança corporativa, pois os acionistas controladores (J&F e FIP Formosa) possuem 48% de suas ações. A família Batista, que controla a J&F, continua envolvida administrativa e operacionalmente no grupo, bem como no direcionamento estratégico da companhia. "Os acionistas estão sendo investigados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e a JBS está sujeita a processos por supostas violações da legislação societária e de valores mobiliários no Brasil", destacou o relatório.

A Fitch estima que a alavancagem líquida da JBS permanecerá abaixo de 2,0 vezes em 2022 (frente a 1,6 vez em 2021, incluindo ajustes de IFRS 16), refletindo a expectativa de normalização da rentabilidade do segmento de carne bovina nos EUA e de forte desempenho do segmento de aves, devido à elevada demanda global por proteínas, aos altos preços dessas commodities, à reabertura do segmento de food service e a menos interrupções nas operações em relação aos anos anteriores.

A Fitch prevê que a divisão de carne bovina da JBS Brasil deve recuperar seu desempenho em virtude da maior disponibilidade de gado. Os desafios, no entanto, permanecem, tendo em vista os elevados custos internacionais de ração e gado e de mão de obra nos EUA. A Fitch acredita que a JBS buscará aquisições e, considerando o porte da empresa, cujo Ebitda superou US$ 8 bilhões em 2021, a alavancagem líquida não deve ultrapassar 2,5 vezes em 2022.

Perfil de Negócios

O relatório destaca que o perfil de negócios da JBS é forte, em razão de seu porte e da diversificação geográfica e de proteínas de suas atividades, que incluem carnes bovina, suína, peixes, aves e à base de vegetais. Entre as empresas classificadas pela Fitch no setor, a JBS é a mais diversificada geograficamente, o que lhe permite mitigar ciclos do gado, restrições à importações, riscos sanitários, riscos socioambientais associados ao desmatamento da Amazônia, além de outros relacionados à complexidade de monitoramento da cadeia produtiva.

Sustentabilidade

O grupo está envolvido em iniciativas de redução de emissão de carbono e de rastreabilidade do gado de fornecedores diretos e indiretos. A Fitch acrescenta que o setor continua sob intensa vigilância dos investidores, autoridades públicas e ONGs em relação a questões ambientais e de concorrência. A divisão de carne bovina da JBS no Brasil representou 6,1% do Ebitda do grupo no período de 12 meses encerrado no primeiro trimestre de 2022. O perfil de crédito individual da JBS USA também é forte, devido à sua liderança nos segmentos de carnes bovina, suína e de aves, bem como no de alimentos processados nos EUA. A empresa tem diversificação geográfica e forte presença na América do Norte, na Austrália e na Europa. No período de 12 meses encerrado em junho de 2022, seu Ebitda totalizou USD7,2 bilhões, e o índice dívida líquida/Ebitda, 1,8 vez, o que está em linha com o IDR 'BBB-'. O vínculo da JBS USA com sua controladora, JBS, é forte, assim como os incentivos legais, operacionais e estratégicos de suporte, de acordo com a Metodologia de Vínculo Entre Ratings de Controladoras e Subsidiárias da Fitch. A JBS USA é indireta e integralmente controlada pela JBS, de quem representa a maior parte das receitas consolidadas. As notas da JBS USA são garantidas pela matriz, que mantém controle sobre os negócios e as estratégias financeiras da controlada.

Perspectiva

O relatório acrescenta que as vantagens competitivas da JBS resultam de sua diversificação geográfica e de proteínas, da ampla escala de suas operações, do acesso aos mercados de exportação a partir do Brasil e dos EUA e da relação de longo prazo com fazendeiros, clientes e distribuidores. Em 2022, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA, a produção de carne bovina no país deve permanecer estável; a de suína, diminuir 1,9%; e a de frango, aumentar 0,9%.

Cade aprova venda de ações da Commit (Gaspetro)

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (SG/Cade) aprovou a aquisição, pela Termogás, de participações societárias nas distribuidoras locais de gás natural Companhia de Gás do Amapá (Gasap), Companhia de Gás do Piauí (Ggaspisa) Agência Goiana de Gás Canalizado (Goiasgás) e Companhia Rondoniense de Gás (Rongás), atualmente detidas pela Commit, antiga Gaspetro. O parecer que aprovou a operação, sem restrições, foi assinado na segunda-feira (12) e divulgado nesta terça-feira.

A Termogás atua nos segmentos de infraestrutura, transporte, distribuição e comercialização de gás natural nos estados do Maranhão, Amazonas, Rondônia, Pará, Amapá, Goiás, Piauí e no Distrito Federal. A Commit é uma holding de distribuição de gás natural com participações em diversas distribuidoras de gás natural no Brasil. Antes denominada Petrobras Gás S.A. (Gaspetro). Neste ano, a companhia teve 51% de suas ações vendidas pela Petrobras para a Compass.

A operação ocorre dentro do contexto do cumprimento do Termo de Compromisso de Cessão (TCC) celebrado entre o Cade e a Petrobrás. Nos termos do acordo, a estatal se comprometeu a alienar sua participação acionária indireta em companhias distribuidoras de gás natural, seja pelo desinvestimento na Commit, seja alienando a participação da subsidiária nas companhias distribuidoras.

De acordo com o formulário de notificação apresentado pelas empresas ao Cade, a operação representa, para as organizações, a oportunidade de consolidar a sua participação em distribuidoras locais de gás natural e, assim, poder colaborar para que elas possam iniciar a prestação do serviço público de distribuição de gás canalizado e atividades correlatas.

Em seu parecer, a SG/Cade concluiu que a Termogás já detém participação nas empresas interessadas e nenhuma delas se encontra em situação operacional atualmente. Desta forma, a unidade entendeu que o negócio não altera as condições concorrenciais presentes no mercado.

Se o Tribunal do Cade não avocar os atos de concentração para análise ou não houver interposição de recurso de terceiros interessados, no prazo de 15 dias, as decisões da Superintendência-Geral terão caráter terminativo e as operações estarão aprovadas em definitivo pelo órgão antitruste.

ENEVA S.A.
CNPJ/ME: 04.423.567/0001-21
NIRE 33.3.0028402-8

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Eneva S.A.. Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da Terceira Série da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos, da **Eneva S.A.** ("Emissão", "Debêntures" e "Cia.", respectivamente), emitidas nos termos da "*Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Eneva S.A.*", celebrada em 14/05/19, entre a Cia. e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditada em 27/05/19 e 29/05/19 ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente) para se reunirem em segunda convocação, no dia 20/09/22, às 15h, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma "Zoom" nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29/03/22 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA**: **(1)** Nos termos das Cláusulas 10.4.1 e 10.4.5. da Escritura de Emissão, pedido da Cia., aos Debenturistas, para: (a) consentimento prévio para ajuste na definição de EBITDA (conforme definido na Cláusula 7.2.1 da Escritura de Emissão) para fins de apuração do Índice Financeiro (conforme definido na Cláusula 7.2 item (xii) da Escritura de Emissão), nos termos descritos na proposta da Administração, disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br), da Cia. (https://ri.eneva.com.br/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br) ("Proposta da Administração"); (b) consentimento prévio para perdão temporário (*waiver*) para a não caracterização de Evento de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 7.2 item (xii) da Escritura de Emissão) em caso de descumprimento do Índice Financeiro para os períodos de 30/06/22 até 30/06/24, desde que o Índice Financeiro apurado nos referidos períodos não ultrapasse os valores máximos descritos na Proposta da Administração, e observado o pagamento de prêmio extraordinário pela Cia. aos Debenturistas, equivalente a 0,125% flat, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, que será devido a cada trimestre em que o Índice Financeiro seja superior a 4,50x, mas inferior ao Índice Financeiro máximo aprovado; e (c) consentimento prévio para realização de qualquer uma das seguintes operações, e independentemente de quais sejam as contrapartes da Cia. na referida operação: (1) cisão da Cia., em que a parcela cindida contenha exclusivamente Ativos de Carvão; (2) cisão da Cia., em que a parcela cindida contenha exclusivamente participações societárias em sociedades controladas da Emissora cuja principal atividade (direta ou indireta, por meio de outros veículos) seja relacionada a Ativos de Carvão; (3) fusão, incorporação ou incorporação de ações, por qualquer sociedade terceira que não seja parte do grupo econômico da Cia., de controladas da Cia. cuja principal atividade (direta ou indireta, por meio de outros veículos) seja exclusivamente relacionada a Ativos de Carvão (em conjunto, "Reorganizações Societárias Permitidas - Carvão"); ou (4) redução do capital social da Cia., realizada exclusivamente em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida - Carvão, de forma que fiquem desde já expressamente aprovadas a realização de qualquer Reorganização Societária Permitida - Carvão ou redução de capital realizada exclusivamente em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida - Carvão. **(2)** autorização para o Agente Fiduciário praticar, em conjunto com a Cia., todos os demais atos eventualmente necessários de forma a refletir as deliberações tomadas de acordo com o item (1) acima; e **(3)** ratificação dos atos eventualmente já praticados pelo Agente Fiduciário, em conjunto com a Cia. e/ou demais representantes legais da Cia., em consonância com as matérias acima. Informações Gerais: Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Zoom" deverão solicitar o cadastro para a Cia. com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos assembleia.segundaemissao@eneva.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 dias antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do art. 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD, por meio da plataforma "Zoom", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Cia. no seu website https://ri.eneva.com.br e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Cia. e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos assembleia.segundaemissao@eneva.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, até 2 dias antes da realização da Assembleia. Nos termos do art. 126 e 71 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), para participar da AGD ou enviar instrução de voto os Debenturistas deverão encaminhar à Cia. e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei 10.406, de 10/01/02, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Cia. após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 24h antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Zoom". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24h de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Cia., por meio do e-mail assembleia.segundaemissao@eneva.com.br, com até 4h de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. A administração da Cia. reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma "Zoom" estará disponível a partir de 15 minutos de antecedência e até 10 minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Cia. recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 15 minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Cia. ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Cia. não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Cia.. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em **até 60 minutos** antes do início da AGD, conforme art. 72, § 2º, da Resolução CVM 81. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no art. 71, §4º, II da Resolução CVM 81. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/), da Cia. (https://ri.eneva.com.br/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Rio de Janeiro, 12/09/22. **Marcelo Habibe** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.